

ENABED 2016 - IX Encontro Nacional

06 a 08 de julho de 2016 - Florianópolis

Área Temática: AT6 - História Militar

**MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL: CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE
GUERRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA
(1950-1960)**

Luiza das Neves Gomes
Escola Superior de Guerra/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Jamylle de Almeida Ferreira
Escola Superior de Guerra/Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL: CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE
GUERRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA
(1950-1960)

Luiza das Neves Gomes ^{*}
Jamyllle de Almeida Ferreira ^{**}

RESUMO:

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar que já nos primeiros anos de funcionamento da Escola Superior de Guerra (ESG), nas décadas de 1950 e 1960, os intelectuais civis e militares, que frequentavam a instituição, indicavam a necessidade de um maior entrosamento entre a Indústria Nacional e as Forças Armadas para o desenvolvimento da indústria bélica civil brasileira, que foi impulsionada pela criação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) em 1964. A contribuição deste trabalho consiste em aprofundar os estudos que relacionam esse grupo, ligado a FIESP, à produção da ESG, podendo se compreender também a rede de sociabilidade existente. Neste sentido, busca-se avaliar a relevância da Escola nos estudos sobre Mobilização, que se ramificavam em planos de guerra organizados pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), baseados em hipóteses de guerra. Para efeito de planejamento, a Mobilização Nacional se fragmentava nos quatro campos da expressão do poder nacional (político, econômico, psicossocial e militar), como áreas de interesse necessárias ao desenvolvimento do país. Enfatiza-se nesse artigo a mobilização industrial, situada no âmbito da mobilização econômica, conforme a análise das fontes da época. Essa mobilização acarretou um avanço da indústria bélica, a partir dos interesses existentes entre instituições civis e as Forças Armadas, sob a justificativa de alcançar o desenvolvimento e a segurança nacional. Entendemos que a análise desse primeiro momento é importante porque representa a consolidação de uma mentalidade visando preparar a sociedade civil e militar para pensar o Brasil no que tange às ações e estratégias de defesa, questões essas, que segundo membros da ESG, não cabiam

^{*} Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009), especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2011) e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Atualmente é adjunta da Divisão de Assuntos Políticos da Escola Superior de Guerra e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Sociedade e Defesa - LABSDEF.

^{**}Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008), Mestre em História Social pela mesma instituição (2013). Membro-pesquisadora da Memória Institucional - Centro de Conhecimento Científico e Cultural da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas - NUTEMC-FFP-UERJ.

exclusivamente a oficiais gerais e oficiais superiores do último posto das três forças Armadas, mas à sociedade como “um todo”. Esta pesquisa utiliza a documentação recentemente desclassificada do acervo da Memória Institucional, atualmente uma das divisões que compõem o Centro de Conhecimento Científico e Cultural (C4) da ESG. Palavras-Chave: Escola Superior de Guerra; Grupo Permanente de Mobilização Industrial; Mobilização Industrial.

INDUSTRIAL MOBILIZATION: SUPERIOR SCHOOL OF WAR
CONTRIBUTION TO THE DEVELOPMENT OF THE BRAZILIAN WAR
INDUSTRIES (1950-1960)

his research aims to demonstrate that in the first years of operation of the Superior School of War (ESG), in the 1950s and 1960s, civil intellectuals and military officers who attended the institution indicated the need for greater understanding between the National Industry and the armed forces for the development of Brazilian civil war industry, which was boosted by the creation of the Permanent Group of Industrial Mobilization (GPMI) of the Federation of Industries of Sao Paulo (FIESP) in 1964. The contribution of this work is to deepen the studies relating this group on FIESP, the production of the ESG, and may also comprise the existing network sociability. In this regard we seek to understand the relevance of the School in studies of mobilization, which branched into war plans organized by the General Staff of the Armed Forces (EMFA), based on assumptions of war. For planning purposes, the National Mobilization fragmenting in the four fields of the national power expression (political, economic, psychosocial and military) as areas of interest necessary for the development of the country. It is emphasized that Article to the industrial mobilization, located within the economic mobilization, according to the analysis of contemporary sources. This mobilization led to a breakthrough of the defense industry, from existing interests between civil institutions and the armed forces, on the grounds achieve development and national security. We believe that the analysis of this first point is important because it represents the consolidation of a mindset in order to prepare civil society and military to think Brazil with respect to the actions and defense strategies, questions these, which according to members of the ESG, not only fit the general officers and senior officers of the last stand of the three armed forces, but to society as "a whole".

This research uses recently declassified documents of the institutional memory of the collection, currently one of the divisions that make up the Scientific and Cultural Knowledge Centre (C4) of the ESG.

Keywords: Superior School of War; Permanent Group of Industrial Mobilization; Industrial Mobilization.

Introdução

Para atender os objetivos deste trabalho, interessa-nos estudar não apenas o pensamento dos intelectuais que fundam a Escola Superior de Guerra (ESG), mas também dos militares e civis da administração pública e privada, representantes de diversos segmentos da elite, que estabeleciam laços a partir do interesse em questões voltadas para a segurança e desenvolvimento nacional. A produção desse grupo seja por meio de conferências ou trabalhos em grupos também será importante em nossa análise, pois agregam os objetivos da Escola e as visões de mundo dos participantes, bem como nos dá a possibilidade de estabelecer as redes de sociabilidades que dão sentido à existência da ESG.

Discutir as ideologias, o saber, as bases do pensamento político e as influências recebidas por alguns membros dos ilustres frequentadores da ESG quanto à mobilização industrial serão de grande relevância para percebermos a criação e o fortalecimento do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI).

Pensar a atuação da Escola e do GPMI no período anterior ao regime civil-militar (1949-1964) nos auxiliará a entender o papel dessas duas instituições no período estudado, no que tange à política de Segurança, Defesa e Desenvolvimento Nacional e lançará as bases para futuros estudos sobre os períodos posteriores, que não contemplam os objetivos deste estudo.

Cabe ressaltar, que os resultados aqui apresentados são apenas dados parciais, fruto de leituras e argumentações iniciais, que merecem um maior cuidado teórico uma vez que faz parte de uma pesquisa em andamento.

Nascimento de uma nova mentalidade de mobilização

A Escola Superior de Guerra surgiu em 1949 num momento histórico conturbado pela bipolarização ideológica do mundo pós Segunda Guerra no qual o conceito de Segurança Nacional estava em pauta na política dos principais países. No Brasil,

Juarez Távora, comandante da Escola entre 1952 e 1954, definiu a Segurança Nacional da seguinte forma:

[...] é o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade que jurisdiciona para a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes. (TÁVORA apud ARRUDA, 1983, p.7).

Cordeiro de Farias na palestra sobre organização da ESG em 1949 discursou sobre a necessidade de se afastar a segurança nacional do puro militarismo e chamava a atenção para a mobilização das "forças civis" e de todos "os recursos econômicos"(FARIAS, 1949).

Neste sentido, após a Segunda Guerra Mundial as questões sobre mobilização nacional ficaram mais latentes entre os militares brasileiros a partir das experiências da Força expedicionária Brasileira no front de guerra. Começou-se a ter um consenso sobre mudanças dos conceitos estratégicos de mobilização, e uma nação em industrialização como o Brasil não poderia desprezar as lições do conflito.

Nos campos de batalha na Itália os militares brasileiros puderam ver como funcionava uma mobilização industrial bem sucedida, e conhecer o êxito da aplicação dos planejamentos coordenados por membros da Industrial College of the Armed Forces, um dos modelos que influenciariam a ESG (FERRAZ 1997 p. 92).

Segundo Cordeiro de Farias, César Obino queria organizar no Brasil uma única escola que congregasse os três tipos de escolas existentes nos Estados Unidos: o Industrial College of the Armed Forces, que tratava da produção bélica; a War College formulava estratégias; e uma terceira, a Armed Forces Staff College, que integrava as três forças armadas. “No Brasil, um país pobre e de poucos recursos, nós decidimos criar um só estabelecimento para cobrir estas diferentes finalidades” (FARIAS 2001 p. 413).

Com a instalação da ESG, criou-se uma nova mentalidade que se aproximava das ideias desenvolvidas nos Estados Unidos, na qual a “indústria nacional passa a ser fator vital à manutenção do seu grau de operacionalidade” (SILBERFELD, 1984, p.4). Dito de outro modo, entendeu-se nesse momento que somente com um parque industrial entrosado e capaz de suprir as necessidades é que o Brasil garantiria os meios para a preservação da segurança nacional.

Desta maneira, ressaltamos que a influência para a criação da ESG não foi somente a National War College como muitos autores sugerem, mas seria uma conjunção desta com a Industrial College of the Armed Forces e a Armed Forces Staff College.

A presença norte-americana na ESG foi notável, oficiais americanos permaneceram no staff regular da ESG até o início da década de 1970, além disso grande parte do material didático produzido nos primeiros anos da ESG compreendia resumos de conferências de generais norte americanos, ou de textos sobre segurança nacional e geopolítica produzidos por organismos militares dos EUA (SVARTMAN 2006,p.183)

Apesar dessa aproximação com os norte-americanos, os militares da ESG de imediato expressaram motivações nacionalistas, funcionando como um centro permanente de pesquisa e de debates de problemas brasileiros.

Martins Filho (2008, p.180) ressalta a importância de analisar as especificidades nacionais dos processos de construção da doutrina de Segurança Nacional, defendendo a ideia de que os militares buscaram uma doutrina que se adaptasse às suas necessidades, na medida em que a contribuição “intelectual” norte-americana não correspondia a realidade nacional.

Sendo assim, tomar como ponto de partida um modelo pronto de segurança nacional, acaba por dispensar da análise os processos internos de construção dessa mentalidade militar e a maneira como os militares brasileiros receberam e adaptaram uma nova doutrina às necessidades brasileiras que nesse primeiro momento era caracterizado pela guerra total.

No imediato pós-guerra, os militares estavam temerosos da possibilidade de um conflito generalizado entre os blocos capitalistas e socialistas e um novo conceito de guerra, a “guerra total”, passou a nortear os estudos sobre segurança nacional.

A teoria da guerra total baseava-se na estratégia militar da guerra fria, que define a guerra moderna como total ou absoluta. Em vista do grande poder bélico das duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética – esta guerra assume caráter mundial em que “de guerra estritamente militar passou ela, assim, a guerra total, tanto econômica e financeira e política e psicológica e científica como guerra de exércitos, esquadras e aviações” (SILVA, 1981, p. 24).

Ou seja, um conceito de guerra mais abrangente surgiu e teve seu desenvolvimento durante a Guerra Fria que significava entre outras coisas a preocupação com os setores da sociedade como participantes da Segurança Nacional. Não apenas o poderio bélico deveria ser levado em consideração, mas todo o aparato social deveria ser encarado como um ponto a ser desenvolvido: “a guerra fria é uma guerra permanente, trava-se em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico – porém evita o confronto armado. A Segurança Nacional é exatamente uma resposta a este tipo de guerra.” (COMBLIN,1978. p.39)

Neste sentido, devemos destacar que a ideia de uma mobilização permanente já era citada em 1949 por Juarez Távora, no qual afirmava que a preocupação com a segurança nacional deveria ser permanente, palavra que já era destacada pelo autor. A segurança nacional, “diz respeito à totalidade da Nação que precisa, pelos seus dirigentes, pela sua elite, pelos seus homens de negócio e pela sua massa, compreender seu papel *permanente* no conjunto de esforços de toda a natureza, para que o país possa resolver no caso de um conflito os problemas relativos à sua sobrevivência” (TÁVORA,1954).

A mobilização permanente implicava, portanto, uma militarização também permanente. O recrudescimento da Guerra Fria na América Latina após a Revolução Cubana de 1959 ensejara a ampliação dos horizontes no Brasil, principalmente quanto a indústria bélica civil que ainda era muito incipiente no país.

Em um texto produzido pela Divisão de Estudos da ESG, no ano de 1957, intitulado *A indústria bélica e seus fundamentos*, diz que os modernos conceitos de Guerra Total, concorrerão para que surja no país uma força de trabalho industrial, propícia a formação da indústria bélica. Coordenando atividades, definindo necessidades materiais, o autor afirma que o Brasil deveria estar preparado “para eventualidade de acontecimentos sempre previsíveis face ao atual entrechoque internacional de políticas econômicas, estratégias e ideológicas”(ESG, 1957,p.5).

Sendo assim, os estudos na Escola Superior de Guerra, já no início da década de 1950, destacavam a necessidade de alertar a indústria nacional para o preparo permanente a fim de produzir produtos militares, sendo a única solução para o país estar adequadamente pronto para situações excepcionais. Alfredo Silva em 1964 apresentou um trabalho na ESG apontando essas questões:

“No que diz respeito a mobilização industrial, podemos dizer que nossa experiência é mínima. Até as décadas de 1940 éramos um país agro-pecuário e nossa incipiente indústria estava dando seus primeiros passos. Só em 1950 começou a aparecer uma tendência para se dar mais atenção aos problemas da mobilização industrial , mercê de estudos da Escola Superior de Guerra” (SILVA, 1964, p.31).

Neste sentido, busca-se mostrar a relevância da Escola nos estudos sobre Mobilização, que se ramificavam em planos de guerra organizados pelo Estado Maior das Forças Armadas EMFA, baseados em hipóteses de guerra. Para efeito de planejamento, a Mobilização Nacional se fragmentava nos quatro campos da expressão do poder nacional (político, econômico, psicossocial e militar), como áreas de interesse necessárias ao desenvolvimento do país.

Apesar da ESG não conter um curso específico de mobilização nacional nos seus primeiros anos, conferências que abordavam esse tema eram frequentes já nos

primeiros anos da década de 1950. Já em 1951 Delso Fonseca, chefe da divisão de assuntos nacionais da ESG realizou uma conferência com o seguinte título Mobilização Industrial e afirma que esta estava situada no âmbito da mobilização econômica, mas ambas se confundem, tal a inter-relação da primeira com a segunda.

Este mesmo autor afirma que a mobilização industrial “é o processo pelo qual se converte a capacidade da indústria do país afeita durante a paz à produção de bens de consumo civil, em produtora de material de guerra, veremos que isto só pode ser realizado à custa do sacrifício daqueles bens de consumo civil” (ESG, 1951, p.7).

Arruda (1983, p.92) afirma que o conceito de “mobilização nacional” utilizado pela Escola sofreu diversas variações, mas vamos considerar neste trabalho o que foi aceito pela Escola em 1957, ou seja, o adotado para o primeiro curso de Mobilização Nacional, a saber: “A Mobilização nacional é o conjunto de ações empreendidas pelo Estado, no sentido de ajustar, expandir e transformar recursos de toda ordem, com o propósito de torna-las utilizáveis para enfrentar uma ameaça à Segurança Nacional”. (ESG, 1957, p.6)

Por tratarmos neste trabalho sobre a mobilização industrial, vamos nos debruçar sobre a Mobilização Econômica no qual esta estava inserida. A mobilização econômica foi assim conceituada numa conferência da ESG:

[...] é o conjunto de ações empreendidas pelo Estado no sentido de ajustar, expandir e transformar recursos econômicos e meios financeiros, de toda ordem, com o propósito de atender às necessidades decorrentes de uma solução capaz de satisfazer e eliminar problemas nacionais. (FALCÃO, 1959, p.5)

Essa mobilização se caracterizava pela conversão total ou parcial da economia para servir às exigências e imposições da guerra e para isso era feito uma análise estrutural que examinava o Produto Nacional Bruto, a Renda Nacional e o Dispendio Nacional.

Além disso, os estudos da Escola apontavam que, seja em tempo de paz, seja em tempo de guerra, o Potencial Nacional¹ deve ser fortalecido em todos os setores, em todas as atividades da Nação, nos campos político, econômico, militar e psicossocial. Com esse potencial fortalecido o Estado poderia então planejar a mobilização, que em caso de guerra poderia empregar todos os meios mobilizáveis.

Quanto à mobilização industrial, o Coronel Paulo Lobo Peçanha em uma conferência na ESG define como: “o conjunto de providências tendente a acionar as fontes produtoras do país, disciplinando e encaminhando suas atividades no sentido

¹ Segundo Peçanha (1963, p.5) o "Potencial Nacional, ou a capacidade produtiva da Nação, é o conjunto de meios industriais, econômicos, psicossociais e militares, suscetíveis de se transformarem em poder".

de que eles possam, em tempo útil, atender as necessidades das forças armadas em luta ou prestes a lutar" (PEÇANHA, 1963, p.2).

A importância dessa temática tornou-se tão destacada dentre na ESG que, em 1957, nasceu o Curso de Mobilização Nacional, pelo Decreto nº 40.835 de 24 de janeiro de 1957, assinado pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek. Já neste mesmo ano aconteceu o primeiro curso de Mobilização Nacional, acompanhado pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e pelo Estado Maior do Exército (EME), para preparação do Corpo Permanente da ESG a fim de que no ano seguinte a escola pudesse oferecer este curso para militares e civis (ESG, 1958, p 11).

O documento de traz as diretrizes da Escola para o ano de 1958 afirma que a elaboração do currículo deste curso se “baseou em grande parte nas unidades de ensino do Industrial College of the Armed Forces dos Estados Unidos.” (ESG, 1958 PAG 11). Corroborando, assim, a influência desta escola para a formulação da Doutrina de Segurança Nacional da ESG.

O curso tinha como finalidade habilitar civis e militares para dirigir e integrar os órgãos de direção e planejamento das atividades nacionais de mobilização. O currículo do curso de 1958 era dividido em três períodos. Período Doutrinário, Período Conjuntural e Período de Aplicação. Para cada período era utilizada uma técnica didática diferente. O objetivo era construir, a partir de um corpo de conceitos e doutrinas, explicações sobre os problemas brasileiros de forma sistematizada. No último período o estagiário tinha que produzir um planejamento de mobilização Nacional com a hipótese de Guerra contra a União Soviética para atender aos seguintes aspectos: indústrias, mão-de-obra, matérias-primas, energia, transporte e comunicação. (ESG, 1958, p.2)

A variante interna da hipótese de guerra apresentada era seguinte:

Exercida por grupos nacionais identificados com a ideologia e ação dos países sino-soviéticos, sob a forma de pregação ideológica e infiltração política que visa à tomada do poder e à eliminação da democracia representativa, por meios violentos ou não. (ESG, 1958, p.5)

Já a variante externa:

Exercida pela União Soviética, sob a forma de pregação ideológica e ação política e cultural, que visa ao afastamento do País do grupo das nações democráticas e a tomada do poder pelos comunistas, com eliminação da democracia representativa. (ESG, 1958, p.6)

Por adotar um método de planejamento bem estruturado, a ESG pode ser considerada uma instituição bastante peculiar, uma espécie de laboratório, cujos estagiários, militares e civis, planejavam um conjunto de políticas com base nos

estudos adquiridos nos cursos, que eram apresentados nas monografias ou nos trabalhos em grupo.

É importante observar que os assuntos que seriam abordados nesses trabalhos em grupo eram definidos previamente pelo Departamento de Estudos e referentes a temas pertinentes à ESG.

No trabalho de turma produzido pelo Capitão de Fragata Eugenio Marques Frazão com o título: “Mobilização Industrial – material bélico” apresentado em 1962 podemos verificar a aplicabilidade do método da ESG. O que é importante destacar é que este trabalho foi realizado a partir de um tema proposto pela ESG que era:

Com o objetivo de dar ao Brasil, em tempo de paz, uma estrutura adequada à eventualidades de uma guerra- apreciar a mobilização industrial dentro do ponto de vista da obtenção de material bélico necessário às Forças Armadas, dando especial ênfase às estipulações contratuais entre o governo e as organizações civis, destinadas à produção desse material. (grifo nosso)

A partir dessa proposta podemos perceber o quanto a Escola estava preocupada com as questões que envolviam a industrialização e o desenvolvimento da indústria bélica civil. Em diversas conferências da ESG achamos propostas para o desenvolvimento da indústria bélica brasileira para atender às necessidades militares. Em 1957 o departamento de estudos apresentou a seguinte sugestão:

"Em nossos estabelecimentos estatais militares, realizaríamos protótipos de certas armas, munições e engenhos, objetivando planos adequados de fabricação, processos operacionais, exigências, normas e especificações. Difundidas estas no parque industrial civil, êste nos propiciaria os elementos fabris decorrentes das indústrias de base. Caberiam-nos unicamente as montagens e a verificação da eficiência intrínseca e tática dos produtos acabados." (ESG, 1957, p.6)

Os Industriais, a ESG e o GPMI

O modelo de desenvolvimento econômico das décadas de 1950 e 1960, em boa parte elaborada na ESG, preconizava o desenvolvimento em um ambiente de segurança, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, segundo a qual a inserção do sistema de produção capitalista era essencial. Dessa mesma forma pensavam os membros dos grupos empresariais que buscavam a modernização, o qual seria obtido com o desenvolvimento industrial.

Dreifuss (1981, p.78) ressalta que os militares e civis da ESG “partilhavam de um alto grau de congruência de valores com os tecno-empresários, que por sua vez frequentavam a escola”. Algumas figuras importantes como Roberto Campos, Eugenio

Gudin e Otávio Bulhões apresentavam suas ideias e conseguiam aliados em favor de um desenvolvimento capitalista através de suas conferências e publicações na ESG.

Havia uma aproximação ideológica entre os militares e empresários que tinham como um ponto em comum a opinião de que o Brasil deveria passar por um processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista. Essa ligação fica clara já que alguns militares esguianos eram também empresários e industriais como: General Edmundo Macedo Soares (Volkswagen, Mesbla, Light, Mercedes Benz), General Euclides de Oliveira Figueiredo (Indústrias Químicas e Farmacêuticas Schering), General James Masson (Eletrônica Kruel S.A.) etc... (DREIFUSS, 1981, p.79)

Com o avanço dos estudos da ESG sobre Segurança e Desenvolvimento, principalmente no meio empresarial paulista, estabeleceu-se no Brasil uma doutrina com o intuito de maximizar as potencialidades da economia e expandir a Indústria Nacional com objetivos de Segurança Nacional.

Esta orientação permeou as pretensões da burguesia industrial para a necessária comunhão com as Forças Armadas. Este acordo se evidenciou dentro do Fórum Roberto Simonsen – seção cultural do Centro e Federação das Indústrias de São Paulo (CIESP e FIESP).

Este Fórum foi criado em 1948 e de acordo com o artigo 1º de seu regulamento, era um órgão cultural de debates dos problemas sociais, econômicos, financeiros e técnicos da indústria brasileira em geral e da indústria paulista em particular (FORUM ROBERTO SIMONSEN, 1959, p.2).

Observamos que as palestras e publicações do Fórum não abordavam somente problemas industriais, mas também revelam uma preocupação com a formulação de uma política para o desenvolvimento do país e questões de assistência aos trabalhadores. Tópicos como segurança nacional, subversão, guerra fria, democracia entre outros eram recorrentes. (SCOLA, 1995, p.8)

Nota-se que a partir de 1959 prevaleceram temas relacionados à Segurança Nacional e estudos que apresentam preocupações com a possibilidade de um conflito internacional ou nacional devido a Guerra Fria. A indústria continua ser o centro dos debates, mas devido a essas questões citadas anteriormente os participantes deste Fórum voltam-se para estudos sobre a indústria bélica brasileira.

Neste período, aumentam significativamente o número de conferências proferidas por membros das Forças Armadas, notadamente da Escola Superior de Guerra. Percebe-se uma aproximação cada vez maior que se daria entre o empresariado paulista e os setores militares.

Deve-se destacar que diversos militares e civis frequentavam tanto o Fórum quanto a ESG. Essa relação é comprovada uma vez que integrantes do CIESP e da FIESP eram estagiários em algum curso da ESG ou eram conferencistas.

Pode-se considerar que o auge dessa relação foi a iniciativa do setor industrial paulista de promover em 20 de dezembro de 1961, no âmbito do Fórum Roberto Simonsen uma solenidade de homenagem das entidades das indústrias paulistas às Forças Armadas que também tinha o intuito de apresentar o parque fabril de São Paulo. Por esta ocasião, o Fórum lançou um livro em 1962 contendo os discursos realizados por grandes representantes das indústrias como: Antônio Devisate² e Olavo Previatti³.

Antônio Devisate em seu discurso ressaltou a importância das indústrias paulistas para a defesa nacional e da interação delas com as Forças armadas:

A indústria paulista considera-se, com justas razões, um elo, e dos mais importantes, da defesa nacional. Compreendemos perfeitamente que o poderio militar é uma função do poderio industrial. Todos os planos da defesa nacional para que sejam exequíveis, fundam-se numa indústria bem organizada e próspera. Se tendes, por dever de ofício, a missão de planejar e estruturar a defesa nacional é na indústria que é necessário buscar os elementos do fortalecimento de que careceis, para a criação de um organismo capaz de assegurar a inviolabilidade do nosso território contra os que usai a ataca-lo, e para a manutenção da ordem interna. E por termos uma noção exata da importância que assumimos nesse terreno, é que nossos órgãos de classe desde longos anos vêm sistematicamente procurando e promovendo contatos com as forças armadas brasileiras. (FORUM ROBERTO SIMONSEN, 1962, p.15)

Em 1960, o Fórum Roberto Simonsen publica um conjunto de conferências proferidas por militares do corpo permanente⁴ da ESG realizadas nesse fórum, com o tema: segurança nacional e industrialização. No prefácio desta publicação feita sem

² Devisate foi um dos fundadores, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Permaneceu à frente do CIESP-FIESP até 1962. Em sua longa atividade ligada às associações patronais, foi fundador e presidente durante mais de 15 anos do Sindicato da Indústria de Calçados do Estado de São Paulo, fundador do Sindicato da Indústria do Solado e Palmilhado do Estado de São Paulo, do qual foi delegado junto ao Conselho de Representantes da Federação das Indústrias, além de fundador e, durante muitos anos presidente do Fórum (hoje Instituto) Roberto Simonsen. Representando os empregadores, foi por duas vezes membro da delegação brasileira à Conferência Internacional do Trabalho em Genebra, onde divulgou a legislação trabalhista e o sistema previdenciário adotados no Brasil. Disponível em: <http://www.devisate.com.br/index2.php?pag=devisate> Acessado em: 10/05/2016

³ Olavo Previatti, líder sindical, participou da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), criada em julho de 1946. Em maio de 1964 tornou-se secretário de finanças dessa entidade e em maio de 1966 seu secretário-geral, cargo que ocupou até se eleger presidente da mesma, em maio de 1968, sucedendo a João Wagner. Em maio de 1970, ao final de sua gestão, deixou a presidência da CNTI, sendo substituído por Rudor Blumm. Foi também presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo. CPDOC Verbete Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/previatti-olavo> Acesso em: 10/05/2016

⁴ Segundo o Art. 34 do Decreto n. 35.187, de 11 de Março de 1954 o Corpo Permanente da ESG é constituído dos civis e militares designados, em comissão, para os cargos de Direção da Escola e dos Departamentos de Estudos.

nenhuma identificação destacou-se o conceito de segurança nacional igual ao já apresentado neste trabalho e complementando que “a política de segurança nacional de qualquer país se confunde com sua estratégia geral”. (FIESP, 1960, p.48) Fica nítido que não só nessa publicação do Fórum, mas em muitas outras, há uma clara adoção dos conceitos formulados pela Escola Superior de Guerra.

Essa relação não se dava somente no campo das ideias, nesta mesma publicação do Fórum, o Coronel Paulo Enéas Ferreira da Silva, em seu discurso com o título *Planejamento do Fortalecimento do Potencial Nacional*, destacou as inúmeras visitas feitas pela Escola nas organizações da Federação das Indústrias de São Paulo e ressaltou a capacidade produtiva e o alto padrão de organização do parque industrial de São Paulo (FIESP, 1960, p.50). Nesta mesma conferência o Coronel Paulo Silva também apontou que os industriais paulistas já estavam preparados para conversão da sua produção em tempo de paz para artigos para a guerra podendo prestar grande contribuição para a Segurança Nacional.

Consta também nesse livreto o texto do Brigadeiro Oswaldo Balloussier sobre a economia de guerra, no qual ressaltou que a mobilização econômica tem que estar atenta sobre o que é necessário para manter a população civil, as indústrias e serviços civis essenciais em situação de eficiência produtiva em tempo de guerra e o quanto a população está disposta a ter que fazer reduções drásticas no padrão de vida, e as indústrias no que tange ao seu lucro de produção. Sendo assim, ressalta que toda mobilização terá que considerar o efeito sobre o moral da população civil e, por conseguinte, sobre sua produtividade (FIESP, 1960, p.104).

Este tipo de pronunciamento sobre a importância da defesa nacional é indicativo do caráter também civil do problema e da doutrina que em torno dele se desenvolveu.

Assim, com a conscientização de que a Segurança Nacional não era somente responsabilidade das Forças Armadas, diante das dificuldades operacionais das forças armadas para estruturação bélica, aliado ao momento político do Brasil e com o aval do EMFA, surgiu o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI).

A criação do GPMI da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) visava coordenar o relacionamento dos industriais com as Forças Armadas, no intuito de preservar, através da nacionalização paulatina do material bélico, o grau operacional das organizações militares. Ao compatibilizar as necessidades materiais das Forças Armadas com as potencialidades da indústria nacional, o Grupo procurou enfatizar as conotações estratégicas do papel da indústria na defesa nacional e divulgar o preceito de que, no permanente esforço de mobilização industrial, está embasada a garantia de que o Brasil, numa emergência, não será surpreendido.

No artigo 1º das normas gerais de ação tinha como "finalidade colaborar com as classes armadas brasileiras nas soluções de seus problemas em tempo de paz e de facilitar o cumprimento das missões atribuídas às fábricas que forem mobilizadas em tempo de guerra"⁵

O grupo, segundo Quirino Grassi, começou a atuar de forma organizada em inícios de 1963, para "prestar um trabalho visando à defesa de nossos ideais democráticos e cristãos". Esse núcleo "articulou-se junto à presidência da FIESP,[...] o governador do Estado [Ademar de Barros], oficiais superiores do II Exército e o comandante da Força Pública" e "iniciou a preparação do que seria o movimento vitorioso de 1964 (LEMONS, 2015, p.6)

Segundo Silberfeld (1984, p.72) em 30 de abril de 1964 foi instalado o GPML com o propósito de estudar junto com outros órgãos competentes das Forças Armadas a forma de tornar o setor industrial nacional capacitado para a produção de armas, munições de guerra, bem como equipamentos de uso militar para atender a eventualidade de uma guerra. Sendo assim, o GPML possibilitou o surgimento de um parque industrial civil direcionado especificamente para a produção de material bélico com o objetivo era a montagem de um conjunto de condições que habilitassem as fábricas comuns a produzir material militar em tempo relativamente curto, sempre que necessidades da segurança nacional o demandassem.

Este grupo estabeleceu comissões conjuntas das Forças Armadas com as indústrias para o desenvolvimento de veículos militares, aviação, equipamento naval, eletrônica, comunicações, armamento, munição, equipamentos médicos, produtos farmacêuticos, alimentação e fardamento.

Desta forma, compreendemos a criação do GPML não somente como busca de um entrosamento Indústria Nacional e Forças Armadas, mas também como uma organização preocupada em incrementar os meios necessários ao país, para adequadamente capacitá-lo para sua autodefesa.

O apoio dado pelos industriais paulistas para as Forças Armadas nesse momento de início do regime militar fica claro no jornal *Diário de notícias* de 29 de maio de 1964 que apresentou um artigo com o título: "Industriais formarão exércitos auxiliares para ajudar governo". Nesse mesmo artigo Domício Veloso, um dos líderes da Confederação Nacional das Indústrias, afirmou:

[...]sentimos justo orgulho e redobrado regosijo em poder anunciar mais uma vez que os homens de indústria formam em suas fábricas os exércitos auxiliares e estão dispostos a consolidar mais ainda esse

⁵ As normas gerais do GPML foram retiradas do trabalho realizado na ESG por Alfredo Américo da SILVA em 1964. SILVA, Alfredo Américo da. *Industrial civil nacional, de interesse militar*. Rio de Janeiro:ESG, 1964

sentimento de apoio na órbita da produção industrial, a missão paralela, capaz de assegurar em toda plenitude, o êxito da obra penosa, que os generais efetuam com denodo e constância na tarefa do saneamento moral e organização do país.(*Diário de notícias*, 29 de maio de 1964, p.7)

Evidenciando a relação próxima entre as Forças Armadas e as grandes empresas, a diretoria do GPMI era obrigatoriamente composta por membros civis e militares. Um desses dirigentes era o general e ex-ministro Edmundo Macedo Soares e Silva, militar esguiano que teve destacada passagem por diversas empresas, entre as quais estava a Volkswagen – além de Mercedes Benz, Mesbla, Banco Mercantil de São Paulo e Light, conforme aponta o historiador e cientista político uruguaio René Armand Dreifuss em seu livro 1964: A conquista do Estado.

Cabe ressaltar que o intuito do Grupo eraprovidenciar, em estreita colaboração com as Forças Armadas, a implantação do maior número de indústrias capazes de produzir artigos de que necessitará o País, na hipótese de uma mobilização geral. Toda mobilização militar tem que ser fundamentada na indústria civil, que suprirá as necessidades das Forças Armadas.

Segundo Silberfield (1984), a importância do GPMI residia na sua condição de estrada de mão-dupla: as empresas obteriam informações e oportunidades para se desenvolverem na área de Defesa, enquanto o governo obteria informações da capacidade industrial instalada. Este grupo atingiu sua máxima efetividade entre 1964 e 1967, facilitando a entrada de empresas privadas nacionais no segmento de defesa e estabelecendo padrões de relacionamento entre civis e militares.

Dentre os motivos políticos e econômicos levantados pelo governo brasileiro a favor do desenvolvimento da indústria nacional de defesa, três merecem destaque. Em primeiro lugar, atender a segurança do país, considerada essencial naquela época instável dos anos da Guerra Fria. Em segundo lugar, realizar o sonho dos militares de transformar o Brasil em uma potência bélica internacional, dentro da lógica e do conceito de Brasil Potência, isto é, de um país inserido no rol das grandes potências econômicas, políticas e militares do planeta. Por último, a criação de uma indústria doméstica de defesa era condizente com os propósitos de promover a industrialização do país, que exigiria uma estrutura industrial bastante completa.

Contudo, com o início da Guerra Fria, a indústria bélica brasileira pouco pôde se desenvolver face a política norte-americana de obstaculizar a transferência de tecnologia e de exportar os equipamentos de sua indústria bélica para os países do terceiro mundo. Os E.U.A. privilegiou a exportação de seus excedentes de guerra, através do “Acordo de Assistência Militar - Brasil- E.U. A. (1952-1976).

CONCLUSÃO

Os esforços de alertar a indústria nacional da necessidade de produzir produtos militares ganharam maior vulto nas décadas de 1950 e 1960, principalmente com os estudos da ESG. No entanto, o complexo industrial-militar começou a ganhar corpo com a criação do GPMI, que pôde ser entendido a partir da sua conexão com as Forças Armadas e da sua relação com as empresas que se integraram nas funções do Estado para atender a segurança nacional.

Contudo, é necessário observar que este movimento se deu em uma conjuntura política muito específica. Nessa época, pensava-se em saídas estratégicas para o Brasil, dentro de um mundo marcado pela insegurança do “perigo vermelho” e da subversão interna. Era um momento em que os intelectuais da época se conscientizaram que algo precisava ser feito a fim de preparar o Estado e as Forças Armadas para enfrentar a ameaça do inimigo. Em tal contexto, haveria urgência para combater a subversão e enfrentar a guerra revolucionária. Tudo isso, permite compreender porque o estudo sobre mobilização nacional mereceu tanta atenção pela Escola Superior de Guerra.

Nossos estudos apontam que a natureza empresarial-militar desta aliança se explica por dois motivos: preservar a ordem capitalista interna diante de supostas ameaças comunistas e ajustar o sistema estatal à dinâmica do capitalismo mundial. A construção de um complexo industrial-militar é bem a síntese desse duplo objetivo.

A aproximação entre militares e empresários antecede ao movimento de 1964 e vários eram os canais para tal, tendo que a Escola Superior de Guerra (ESG) uma função muito importante. Projetada para ser um centro de aproximação dos chamados “civis” e “militares” – divisão da sociedade formulada a partir das forças armadas e sua doutrina –, a escola era um ambiente para entrosamento entre altos oficiais das forças militares, sobretudo o exército, com políticos e empresários de destaque, em especial os ligados ao grande capital e aparelhos privados de hegemonia.

Independente do fato que a ideologia reinante no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, faz-se necessário notar que a Mobilização Nacional e, por conseguinte, a Mobilização Industrial são condicionantes básicos a todo e qualquer país seja qual for seu regime político e sistema econômico, que almeje preservar, em caso de ameaça externa a soberania nacional. Para que o Estado esteja em condições adequadas para enfrentar um possível conflito e para garantir, a partir de uma base formada, os meios que se fizerem necessários, é importante que, desde o tempo de paz, ele se preocupe com o preparo da Mobilização Nacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD, 1980

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Informações Gerais – Curso de Mobilização Nacional*. Rio de Janeiro, 1958 (D-01-58)

_____. *Currículo para 1958 / 3º período*. Rio de Janeiro, 1958 (D3-04-58).

_____. *A indústria bélica e seus fundamentos*. Rio de Janeiro, 1957 (P-30-57)

FALCÃO, Christovão Barros. *Mobilização no Campo Econômico*. Rio de Janeiro: ESG, 1959. (C3-03-59)

FARIAS, Cordeiro de. *Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

_____. *Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra*. ESG, 1949. In: REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Rio de Janeiro, v. 20, n. 42 jan./dez. 2003.

Fórum Roberto Simonsen. *Estatuto*. São Paulo: Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1959.

_____. *Segurança Nacional e Industrialização*. São Paulo: Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1960.

_____. *Segurança Nacional*. São Paulo: Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1962.

FONSECA, Delso. *Mobilização Industrial*. Rio de Janeiro: ESG, 1951. (A-004-1951)

LE MOS, Renato Luís de Couto. *O complexo industrial-militar e a ditadura no Brasil pós-1964*. III Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos, 2015.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960*. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23 nº 67. Junho de 2008.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. *Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado Brasileiro (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. 157p. Disponível em: <http://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Luiz_Felipe_Mundim.pdf>. Acesso em: 10/05/2016

PEÇANHA, Paulo Lobo. *Mobilização Industrial*. Rio de Janeiro: ESG, 1963 (C1-36-63)

SCOLA, Andréa Carla. *Brasil - instituições e intelectuais nas décadas de 50 e 60*. XIX Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 1995. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7707&Itemid=217 Acessado em: 10/06/2016

SILBERFELD, Jean-Claude Eduardo. *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP: 1964-1967*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981

SILVA, Alfredo Américo da. *Industrial civil nacional, de interesse militar*. Rio de Janeiro: ESG, 1964. (TT1-65-64)

SVARTMAN, Eduardo Munho. *Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado em Ciência Política – UFRGS. 2006 Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7622/000549806.pdf?sequence=1> Acesso em: 10/05/2016

TÁVORA, Juarez. *A Segurança nacional e a ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1954. (C-01-54)

VENTURINI, Fabio Cesar. *Estado, Grande Indústria e Militares: as Relações de Poder no Setor Metalmeccânico no Brasil (1964-1978)* Dissertação de Mestrado em História.

PUC- São Paulo 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp061875.pdf>
Acesso em: 05/06/2016